

CONGLOMERADO FINANCEIRO CITIBANK BRASIL



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2013

www.citi.com.br

Relatório da administração

Senhores Acionistas:
As Diretorias das empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentam aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Parecer dos Auditores Independentes.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2013		2012		PASSIVO	Nota	2013		2012	
		31 de dez 2013	31 de dez 2012	31 de dez 2013	31 de dez 2012			31 de dez 2013	31 de dez 2012		
Circulante		40.126.641	46.382.109	36.434.388	43.378.270	Circulante		36.434.388	43.378.270	36.434.388	43.378.270
Disponibilidades	4	702.172	958.291	958.291	958.291	Depósitos	18	9.531.703	9.605.401	9.531.703	9.605.401
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	8.857.031	7.282.250	7.282.250	7.282.250	Depósitos à vista		6.136.903	5.586.415	6.136.903	5.586.415
Aplicações em operações compromissadas		4.059.413	5.925.240	5.925.240	5.925.240	Depósitos de poupança		1.282.521	919.393	1.282.521	919.393
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.529.026	1.357.010	1.357.010	1.357.010	Depósitos interfinanceiros		92.813	192.665	92.813	192.665
Aplicações em moedas estrangeiras		3.268.592	-	-	-	Depósitos a prazo		2.019.466	2.906.928	2.019.466	2.906.928
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	9.319.345	6.487.036	6.487.036	4.299.347	Obrigações por operações compromissadas	19	4.367.728	4.299.347	4.367.728	4.299.347
Carteira própria		4.751.465	3.450.447	3.450.447	3.450.447	Carteira própria		4.167.678	1.896.684	4.167.678	1.896.684
Vinculados a operações compromissadas		2.060.947	759.952	759.952	759.952	Carteira de terceiros		200.050	2.402.663	200.050	2.402.663
Instrumentos financeiros derivativos		1.524.928	1.544.071	1.544.071	1.544.071	Recursos de aceites e emissão de títulos		1.166.927	541.616	1.166.927	541.616
Vinculados à prestação de garantias		982.005	732.566	732.566	732.566	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.166.927	541.616	1.166.927	541.616
Relações interfinanceiras		2.600.455	2.957.359	2.957.359	2.957.359	Relações interfinanceiras		103	-	103	-
Depósitos no Banco Central		2.577.390	2.953.863	2.953.863	2.953.863	Recebimentos e pagamentos a liquidar		103	-	103	-
Correspondentes no país		23.065	3.496	3.496	3.496	Relações interdependências		897.497	735.417	897.497	735.417
Operações de crédito	8	6.914.709	9.111.082	9.111.082	1.948.319	Recursos em trânsito de terceiros	20.a	1.948.319	1.948.319	1.948.319	1.948.319
Operações de crédito - setor privado		7.422.024	10.468.380	10.468.380	10.468.380	Obrigações por empréstimos	20.a	1.948.319	1.948.319	1.948.319	1.948.319
Operações de crédito vinculadas à cessão		10.255	14.924	14.924	14.924	Empréstimos no exterior	20.b	51.165	189.663	51.165	189.663
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(517.570)	(1.372.222)	(1.372.222)	(1.372.222)	Instituições oficiais		-	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil		148.166	153.310	153.310	153.310	BNDES		43.274	181.347	43.274	181.347
Operações de arrendamento - setor privado		149.918	158.523	158.523	158.523	FINAME		7.891	8.316	7.891	8.316
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(1.752)	(5.213)	(5.213)	(5.213)	Obrigações por repasses do exterior	20.b	1.304.822	792.263	1.304.822	792.263
Outros créditos		11.567.307	19.418.926	19.418.926	19.418.926	Repasses do exterior		1.304.822	792.263	1.304.822	792.263
Avais e fianças honradas		1.401	1.402	1.402	1.402	Instrumentos financeiros derivativos	7	1.966.056	1.477.297	1.966.056	1.477.297
Operações de câmbio	9	6.685.386	10.526.689	10.526.689	10.526.689	Instrumentos financeiros derivativos		1.966.056	1.477.297	1.966.056	1.477.297
Rendas a receber		43.018	60.726	60.726	60.726	Outras obrigações	15.200.068	22.157.495	22.157.495	22.157.495	
Negociação e intermediação de valores	10	315.086	418.735	418.735	418.735	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		218.477	197.744	218.477	197.744
Créditos tributários	11	325.006	744.860	744.860	744.860	Operações de câmbio	9	5.256.888	8.521.522	5.256.888	8.521.522
Diversos	12	4.341.929	8.027.808	8.027.808	8.027.808	Sociais e estatutárias	21	68.429	96.607	68.429	96.607
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(144.519)	(361.294)	(361.294)	(361.294)	Fiscais e previdenciárias	9	1.095.944	1.095.944	1.095.944	1.095.944
Outros valores e bens		17.456	13.035	13.035	13.035	Negociação e intermediação de valores	10	3.195.274	3.226.148	3.195.274	3.226.148
Outros valores e bens		549	792	792	792	Diversas	22	6.095.297	9.020.180	6.095.297	9.020.180
Despesas antecipadas	13	16.907	13.063	13.063	13.063	Não circulante		10.991.840	10.285.587	10.991.840	10.285.587
Não circulante		14.150.928	14.832.007	14.832.007	14.832.007	Depósitos	18	5.339.781	6.275.092	5.339.781	6.275.092
Realizável a longo prazo		13.457.169	13.651.949	13.651.949	13.651.949	Depósitos a prazo		5.331.813	6.275.092	5.331.813	6.275.092
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	56.608	50.035	50.035	50.035	Obrigações por operações compromissadas	19	2.262.558	417.777	2.262.558	417.777
Aplicações em depósitos interfinanceiros		56.608	50.035	50.035	50.035	Carteira própria		546.239	413.604	546.239	413.604
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	8.472.480	8.727.915	8.727.915	8.727.915	Carteira livre movimentação		1.716.319	4.173	1.716.319	4.173
Carteira própria		1.561.814	3.562.938	3.562.938	3.562.938	Obrigações por empréstimos	20.a	116.113	33	116.113	33
Vinculados a operações compromissadas		2.647.773	2.329.868	2.329.868	2.329.868	Empréstimos no exterior		116.113	33	116.113	33
Instrumentos financeiros derivativos		1.248.035	994.931	994.931	994.931	Obrigações por repasses do país	20.b	166.372	242.481	166.372	242.481
Vinculados à prestação de garantias		3.014.858	1.840.178	1.840.178	1.840.178	Instituições oficiais		-	-	-	-
Operações de crédito	8	3.090.383	2.945.481	2.945.481	2.945.481	BNDES		106.520	133.106	106.520	133.106
Operações de crédito - setor privado		3.310.948	3.345.503	3.345.503	3.345.503	FINAME		59.852	109.375	59.852	109.375
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(220.565)	(400.022)	(400.022)	(400.022)	Obrigações por repasses do exterior	20.b	1.083.898	983.226	1.083.898	983.226
Operações de arrendamento mercantil	8	47	(3.044)	(3.044)	(3.044)	Repasses do exterior		1.083.898	983.226	1.083.898	983.226
Operações de arrendamento a receber - setor privado		512	(2.391)	(2.391)	(2.391)	Instrumentos financeiros derivativos	7	1.555.833	1.492.760	1.555.833	1.492.760
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(465)	(653)	(653)	(653)	Instrumentos financeiros derivativos		1.555.833	1.492.760	1.555.833	1.492.760
Outros créditos		1.837.651	1.923.539	1.923.539	1.923.539	Outras obrigações	9	311.769	112.340	311.769	112.340
Operações de câmbio	9	321.557	109.827	109.827	109.827	Operações de câmbio		311.769	112.340	311.769	112.340
Créditos tributários	11	708.437	818.450	818.450	818.450	Fiscais e previdenciárias	21	101.460	646.292	101.460	646.292
Diversos	12	807.657	1.120.920	1.120.920	1.120.920	Diversas	22	13.961	92.197	13.961	92.197
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	-	(125.658)	(125.658)	(125.658)	Resultados de exercícios futuros		40.095	23.389	40.095	23.389
Outros valores e bens		-	8.023	8.023	8.023	Resultados de exercícios futuros		40.095	23.389	40.095	23.389
Despesas antecipadas	13	-	8.023	8.023	8.023	Patrimônio Líquido	25	6.851.341	7.550.259	6.851.341	7.550.259
Permanente		693.759	1.180.058	1.180.058	1.180.058	Capital social - de domiciliados no exterior		3.905.701	4.376.701	3.905.701	4.376.701
Investimentos	14	156.027	314.119	314.119	314.119	Reserva de capital		249	249	249	249
Participações em coligadas e controladas		145.933	304.447	304.447	304.447	Reserva de lucros		3.236.112	3.174.131	3.236.112	3.174.131
Outros investimentos		10.094	13.123	13.123	13.123	Ajustes de avaliação patrimonial		(278.555)	(822)	(278.555)	(822)
Provisão para perdas		(3.451)	-	-	-	Prejuízos acumulados		(12.166)	-	(12.166)	-
Imobilizado de Uso	15	255.719	227.721	227.721	227.721	Total do Passivo		54.277.569	61.214.116	54.277.569	61.214.116
Imóveis de uso		66.197	66.197	66.197	66.197						
Imobilizações em curso		76.766	56.463	56.463	56.463						
Sistemas de processamento de dados		142.453	150.782	150.782	150.782						
Outras imobilizações de uso		316.535	320.829	320.829	320.829						
Depreciações acumuladas		(346.232)	(366.550)	(366.550)	(366.550)						
Diferido	16	34.288	61.764	61.764	61.764						
Gastos de organização e expansão		349.972	395.244	395.244	395.244						
Amortizações acumuladas		(315.684)	(333.480)	(333.480)	(333.480)						
Intangível	17	247.725	576.454	576.454	576.454						
Ativos intangíveis		367.323	702.559	702.559	702.559						
Amortizações acumuladas		(119.598)	(126.105)	(126.105)	(126.105)						
Total do Ativo		54.277.569	61.214.116	61.214.116	61.214.116						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2011		3.376.701	900.000	249	403.896	2.132.270	16.355	50.810	6.8



Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

j) Operações de câmbio

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

k) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída, dentre as quais se destacam:

- A classificação das operações, com empresas do segmento Corporate, é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.
- A classificação das operações, com clientes do segmento Consumer, que compreende transações de Varejo e Cartões de Crédito, é efetuada com base na análise dos riscos de realização dos créditos, considerando níveis de atraso e modelos internos de comportamento histórico das carteiras de crédito. Para as operações acima de R\$ 50 é utilizada uma metodologia de avaliação individual dos clientes, denominado behavior score que considera a probabilidade de perda para cada operação. Caso o cliente tenha mais de uma operação, considera-se sempre o pior rating. O valor da provisão é constituído em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

O Conglomerado constituía provisão adicional e atualmente utiliza os percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no rating H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

l) Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

m) Permanente

i. Investimentos

As participações em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de custo, dependendo da relevância do investimento.

Os outros investimentos são compostos, basicamente, por:

- Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à BMF&BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, mantidas a custo original; e
- Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações. Conforme descrito na nota 2, o imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento incluí o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação descrita na nota 3i.

iii. Diferido

Conforme Resolução nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, do Conselho Monetário Nacional - CMN, os valores capitalizados até 30 de setembro de 2008, devem permanecer neste subgrupo até sua completa amortização e novos valores não podem mais ser adicionados.

O ativo diferido é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%; e
 - Benefetórias em imóveis de terceiros registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados com base no prazo do contrato de locação do imóvel.
- Os saldos líquidos, das suas respectivas amortizações e depreciações, são submetidos às revisões periódicas de testes de impairment conforme descrito na nota 3n.

iv. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008; e
- Aquisição do direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelo prazo contratual.

n) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

o) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

Conforme Carta-Circular nº 3.105 do Banco Central do Brasil os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre obrigações por repasses no exterior, são reclassificados para a rubrica "Outras receitas operacionais".

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido. As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

- No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa.

A avaliação individual do valor do risco de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

q) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Introduzido pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o Banco adotou o Regime Transitório Tributário - RTT, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que alterou a legislação tributária federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, revogando o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009, não provocou impacto relevante nas demonstrações financeiras do Conglomerado, pois as normas contábeis vigentes para esta instituição estão adequadas aos ditames desta Medida Provisória, não havendo ajustes contábeis que impactem a apuração de impostos.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

pl) Plano de incentivos com base em ações

O Banco participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (Capital Accumulation Program), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA) em que o Banco efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão com uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição. As variações posteriores no valor justo de todos os prêmios não exercidos são revisadas anualmente, e quaisquer alterações de valor são reconhecidas no resultado do exercício.

Stock Option, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção de receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data de concessão do direito.

O Stock Option é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

s) Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo para os empregados atuais estão sendo reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida a prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e estão registrados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	82.891	123.097
Aplicações temporárias em ouro	654	654
Disponibilidades em moedas estrangeiras	618.627	834.650
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	2.096.210	2.590.741
Aplicações em depósitos interfinanceiros	462.191	16.860
Aplicações em moedas estrangeiras	3.268.592	-
Total	6.529.165	3.565.892

5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2013		2012	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos
Aplicações em operações compromissadas	4.059.413	-	-	4.059.413
Posição bancada	2.096.210	-	-	2.096.210
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	542.016
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.188.169	-	-	1.188.169
Notas do Tesouro Nacional - NTN	908.041	-	-	908.041
Posição financiada	200.050	-	-	200.050
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	665.705
Letras do Tesouro Nacional - LTN	200.050	-	-	247.164
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	1.464.752
Posição vendida	1.763.153	-	-	1.763.153
Letras do Tesouro Nacional - LTN	210.062	-	-	210.062
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.553.091	-	-	1.553.091
Aplicações em depósitos interfinanceiros	462.191	1.066.835	53.425	3.183
Certificados de depósitos interfinanceiros	462.191	1.066.835	53.425	3.183
Outras aplicações	3.268.592	-	-	3.268.592
Aplicações em Moedas Estrangeiras	3.268.592	-	-	3.268.592
Total	7.790.196	1.066.835	53.425	3.183

6 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2013		2012	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Títulos para Negociação	4.308.095	4.298.000	3.902.033	3.925.825
Carteira própria	4.308.095	4.298.000	3.902.033	3.925.825
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.939.337	1.957.301	3.547.907	3.551.455
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.417	5.418	4.124	4.124
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.215.576	2.200.636	200.490	200.371
Debêntures	18.396	17.092	-	-
Ações de companhias abertas	87.692	76.401	76.599	83.102
Ações recebidas por empréstimos	39.037	38.508	54.810	68.595
Cotas de fundos de investimentos (1)	-	-	10.710	10.710
Cotas de fundos de índice de mercado	2.640	2.644	7.393	7.468
Vinculados a compromissos de recompra	1.715.418	1.705.985	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.530.371	1.520.298	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	185.047	185.687	-	-
Vinculados à prestação de garantias	750.751	751.161	729.025	432.457
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	259.558	260.266	249.267	249.362
Letras do Tesouro Nacional - LTN	491.193	490.895	479.758	483.084
Total	6.774.264	6.755.146	4.631.058	4.468.282

(1) O Banco possuía aplicação em cotas do Union National Fund of Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis - série V, sendo que os créditos da carteira do fundo não são provenientes do Banco

	2013				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Títulos para Negociação	117.553	911.459	531.038	1.110.782	963.055
Carteira própria	117.553	911.459	531.038	1.110.782	963.055
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	721.869	433.698	762.877	38.857
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	5.418	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	184.172	97.340	347.905	924.198
Debêntures	-	-	-	-	17.092
Ações de companhias abertas	76.401	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	38.508	-	-	-	-
Cotas de fundos de índice de mercado	2.644	-	-	-	-
Vinculados a compromissos de recompra	-	1.318.893	347.989	39.103	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.133.206	347.989	39.103	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	185.687	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	-	490.895	2.948	253.187	4.131
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	2.948	253.187	4.131
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	490.895	-	-
Total	117.553	2.230.352	1.369.921	1.152.833	1.216.242

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2013		2012	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Títulos Disponíveis para Venda	2.080.602	2.015.279	3.812.868	3.847.512
Carteira própria	2.080.602	2.015.279	3.812.868	3.847.512
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.798	1.798	16	16
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.533.396	1.480.357	3.014.329	3.034.260
Notas do Tesouro Nacional - NTN	62.026	53.873	228.484	245.025
Debêntures	26.095	26.033	81.254	81.073
Commercial Paper	70.237	70.114	140.353	140.353
Letras Financeiras	263.902	259.956	232.564	230.917
Cotas de fundos de investimentos (1)	123.148	123.148	115.868	115.868
Vinculados a compromissos de recompra	3.152.348	3.002.735	2.266.591	2.329.867
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.053.692	2.923.330	2.266.591	2.329.867
Notas do Tesouro Nacional - NTN	98.656	79.405	-	-
Vinculados à prestação de garantias	3.405.005	3.245.702	1.772.615	1.840.287
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.060	8.060	7.676	7.676
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.396.945	3.237.642	1.761.312	1.828.961
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	3.518	3.541
Cotas de fundos de investimento	-	-	109	109
Total	8.637.955	8.263.716	7.852.074	8.017.666

	2013				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Títulos Disponíveis para Venda	123.148	330.317	1.263.903	244.038	53.873

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	Semestre		Exercícios	
	2013	2013	2012	2012
Contratos				
Futuros	(8.603)	329.277	556.845	-
Opções	39.452	(32.409)	127.937	-
Swap	(40.735)	(187.072)	(278.489)	-
NDF	(140.573)	6.318	77.630	-
Termo de moedas e títulos	(108)	5.954	(5.291)	-
Total	(150.567)	122.068	478.632	-

8 | Carteira de crédito

a) Composição da carteira de crédito por produto

	2013		2012	
	10.743.227	13.828.807	6.042.282	9.726.126
Empréstimos e títulos descontados	6.042.282	9.726.126	-	-
Financiamentos	3.261.833	2.439.537	-	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	839.988	1.000.813	-	-
Financiamentos imobiliários	519.723	454.249	-	-
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	69.146	193.158	-	-
Operações de crédito vinculadas à cessão (1)	10.255	14.924	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil	150.430	156.132	-	-
Outros Créditos	4.688.424	8.948.848	-	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9)	1.385.889	2.075.764	-	-
Títulos e créditos a receber (2) (nota 12)	3.285.772	6.833.182	-	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	15.362	38.500	-	-
Créditos por avais e fianças honoradas	1.401	1.402	-	-
Total de operações de crédito	15.582.081	22.933.787	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (3)	(879.190)	(2.116.134)	-	-
Total de operações de crédito	14.702.891	20.817.653	-	-

(1) Refere-se à cessão de operações de crédito imobiliário realizada em 1º de março de 2012 junto a Brazilian Securities Companhia de Securitização S.A., no montante de R\$ 19.020. Tal operação foi realizada a valor presente dos contratos e com 100% de cobrificação por parte do Banco. O saldo da cobrificação assumida com a contraparte em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 10.501 (2012 - R\$ 15.171).

(2) Referem-se, basicamente, às operações com cartão de crédito a vencer, e que serão reclassificadas para a rubrica contábil "Operações de crédito" em caso de atraso e/ou pagamento inferior ao valor total em aberto.

(3) O saldo da provisão para outros créditos, no balanço patrimonial, contempla também a provisão para títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito no valor de R\$ 5.681 (2012 - R\$ 23.664). Em 2012 contemplava também a provisão para opções por incentivos fiscais no valor de R\$ 125.263.

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de Risco	2013						
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Serviços	Outros
AA	597.034	4.098.550	128.500	93.785	11.447	209.110	5.138.426
A	848.304	1.828.699	64.641	2.552.204	12.359	375.164	5.681.371
B	349.022	274.980	668	1.179.888	8.152	238.114	2.050.824
C	209.862	471.257	20.952	164.672	44.807	115.998	1.027.548
D	31.454	94.564	658	630.877	1.891	37.492	796.396
E	3.516	7.926	250	115.092	7	1.394	128.185
F	141	3.070	2	87.243	1	572	91.029
G	2.149	14.033	-	84.624	-	5.784	106.590
H	63.352	76.545	289	401.948	1	19.037	561.172
Total	2.104.834	6.869.624	215.960	5.310.333	78.665	1.002.665	15.582.081

Nível de Risco	2012						
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Serviços(1)	Outros
AA	790.381	2.715.082	65.929	140.545	15.608	272.340	3.999.885
A	1.017.375	2.367.394	88.220	6.051.957	67.881	420.085	10.012.912
B	300.273	413.423	36.749	2.866.246	8.945	108.385	3.734.021
C	301.180	731.214	48.106	579.928	54.069	108.119	1.822.616
D	50.159	135.386	6.149	908.953	14.066	37.795	1.152.508
E	2.114	8.565	289	335.356	-	803	347.127
F	6.631	14.666	3	290.905	-	231	312.436
G	8.266	20.367	22	199.057	-	15.732	243.444
H	54.090	91.654	14.000	1.134.164	126	14.804	1.308.838
Total	2.530.469	6.497.751	259.467	12.507.111	160.695	978.294	22.933.787

Provisão adicional (1)

(2.116.134)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira	%	Nível de Provisão	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	5.138.426	-	5.138.426	32,98	-	-	-	-
A	5.681.371	-	5.681.371	36,46	0,50%	(28.407)	-	(28.407)
B	1.997.055	53.769	2.050.824	13,16	1,00%	(19.971)	(537)	(20.508)
C	976.781	50.767	1.027.548	6,60	3,00%	(29.303)	(1.523)	(30.826)
D	695.921	101.015	796.936	5,11	10,00%	(69.592)	(10.120)	(79.694)
E	67.040	61.145	128.185	0,82	30,00%	(20.112)	(18.343)	(38.455)
F	25.306	65.723	91.029	0,58	50,00%	(12.653)	(32.862)	(45.515)
G	31.341	75.249	106.590	0,69	70,00%	(21.938)	(52.675)	(74.613)
H	166.582	394.590	561.172	3,60	100,00%	(166.582)	(394.590)	(561.172)
Total	14.779.823	802.258	15.582.081	100,00		(368.558)	(510.632)	(879.190)

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira	%	Nível de Provisão	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	3.999.885	-	3.999.885	17,44	-	-	-	-
A	10.012.912	-	10.012.912	43,66	0,50%	(50.065)	-	(50.065)
B	3.649.375	84.646	3.734.021	16,28	1,00%	(36.494)	(846)	(37.340)
C	1.759.567	63.049	1.822.616	7,95	3,00%	(52.787)	(1.892)	(54.679)
D	1.008.549	143.959	1.152.508	5,03	10,00%	(100.855)	(14.396)	(115.251)
E	248.528	98.599	347.127	1,51	30,00%	(74.558)	(29.580)	(104.138)
F	85.227	227.409	312.636	1,36	50,00%	(42.513)	(113.705)	(156.218)
G	67.743	175.701	243.444	1,06	70,00%	(47.421)	(122.991)	(170.412)
H	360.625	948.213	1.308.838	5,71	100,00%	(360.625)	(948.213)	(1.308.838)
Total	21.192.211	1.741.576	22.933.787	100,00		(765.318)	(1.231.623)	(1.996.941)

Provisão adicional (1)

(2.116.134)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2013		2012	
	802.261	1.741.576	6.738.667	10.863.450
Vencidas há mais de 14 dias (1)	802.261	1.741.576	-	-
A vencer até 90 dias	6.738.667	10.863.450	-	-
De 91 a 360 dias	5.124.111	6.893.243	-	-
Acima de 360 dias	2.917.042	3.435.518	-	-
Total	15.582.081	22.933.787	-	-

(1) Estão incluídas parcelas vincendas dos contratos em atraso.

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2013		2012	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	1.804.277	11,58	1.635.167	7,13
20 seguintes maiores devedores	1.824.174	11,71	1.728.733	7,54
50 seguintes maiores devedores	1.950.739	12,52	1.823.376	7,95
100 seguintes maiores devedores	1.636.527	10,50	1.643.008	7,12
Demais clientes	8.366.364	53,69	16.113.503	70,26
Total	15.582.081	100,00	22.933.787	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Semestre		Exercícios	
	2013	2013	2012	2012
Crédito com características de concessão de crédito				
Saldo inicial	(1.927.572)	(2.116.134)	(2.127.108)	-
Constituições líquidas de reversões	(472.020)	(1.028.540)	(1.446.097)	-
Aquisição de Carteira	(179.420)	(179.420)	-	-
Baixa pela alienação do Banco Citicard S.A	1.099.389	1.099.389	-	-
Créditos baixados para prejuízo	600.433	1.345.515	1.457.071	-
Saldo final	(879.190)	(879.190)	(2.116.134)	-
Crédito sem características de concessão de crédito				
Saldo inicial	(151.850)	(148.928)	(171.892)	-
Constituições líquidas de reversões	20.866	17.944	(66)	-
Créditos baixados para prejuízo	-	-	23.030	-
Baixa pela alienação do Banco Citicard S.A.	125.303	125.303	-	-
Saldo final	(5.681)	(5.681)	(148.928)	-
Saldo Total	(884.871)	(884.871)	(2.265.062)	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	126.543	272.827	313.122	-
Renegociação de créditos	157.849	186.182	485.237	-

g) Composição do resultado de operações de crédito

	Semestre		Exercícios	
	2013	2013	2012	2012
Empréstimos	1.530.383	3.220.771	3.519.803	-
Títulos descontados	60.249	109.020	63.714	-
Financiamentos	77.051	142.068	104.053	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	126.543	272.827	313.122	-
Rendas de financiamentos à exportação	97.332	181.297	100.902	-
Rendas de financiamentos rurais	24.915	50.713	63.213	-
Rendas de financiamentos habitacionais	23.531	45.096	45.746	-
Rendas de adiantamentos a depositantes	5.867	10.707	9.252	-
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	16.070	18.309	2.561	-
Rendas de financiamentos em moedas estrangeiras	97	311	1.120	-
Outros	345	316	2.121	-
Total	1.962.383	4.051.435	4.225.607	-

h) Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921, de 17 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	2013		2012	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesa)	Ativos (passivos)	Receitas (despesa)
Operações ativas vinculadas				
Operações de crédito	71.911	-	54.940	-
Obrigações por operações ativas vinculadas				
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior (71.911)	-	(54.940)	-	-
Resultado líquido das operações vinculadas	-	6.290	-	(1.184)

	2013			Total
	Até 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Acima de 360 dias	
Operações ativas vinculadas				
Operações de crédito	1.057	10.807	60.047	71.911
Total				71.911

	2013			Total
	Até 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Acima de 360 dias	
Operações ativas vinculadas				
Operações de crédito	6.324	48.616	54.940	106.880
Total				106.880

9 | Carteira de câmbio

	2013		201	
--	------	--	-----	--

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

22) Outras obrigações - Diversas

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outras obrigações por aquisição de bens e direitos	110	-	-	-
Provisão para passivos contingentes (nota 23)	598.587	-	658.273	-
Cretores diversos - Banco mandatário (1)	2.110.335	-	1.200.070	-
Valores a liquidar - Cartões de crédito (2)	2.724.110	-	6.140.475	-
Provisão para pagamentos a efetuar (3)	529.423	13.961	898.988	92.197
Recursos a liberar de crédito imobiliário	45.012	-	21.924	-
Obrigações por operações de venda de ativos financeiros	-	-	15.171	-
Diversas	87.720	-	85.279	-
Total	6.095.297	13.961	9.020.180	92.197

(1) Refere-se, basicamente, a exercício de contrato de mandato celebrado pelo Citibank N.A. - Filial Brasileira para a administração de caixa de clientes incluindo a gestão de pagamentos e recebimentos. (2) Os valores a liquidar - cartões de crédito referem-se substancialmente a valores a repassar aos adquirentes (empresas responsáveis pelo relacionamento com a rede de estabelecimentos) pelo fornecimento de bens e serviços oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito. (3) Refere-se, basicamente, à provisão para pagamento de bônus, participação nos resultados, passivo atuarial de plano de assistência médica e provisões com despesas de pessoal.

23) Passivos contingentes e obrigações legais

As empresas do Conglomerado são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para riscos fiscais (1)	133.368	101.460	175.882	646.292
Provisão para contingências trabalhistas (2)	296.481	-	256.620	-
Provisão para outros passivos contingentes - cíveis (1) (2)	202.106	-	401.653	-
Total	731.955	101.460	834.155	646.292

(1) Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, o Banco tem constituído provisão para riscos fiscais e cíveis, composta basicamente, pelos seguintes casos:

Ação indenizatória - R\$ 86.910 (2012 - R\$ 146.779) - Trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acórdão de 2ª instância favorável ao Conglomerado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração revisou o saldo provisionado e optou por reverter parte da provisão para adequá-la ao risco.

INSS Adicional de 2,5% - R\$ 94.320 (2012 - R\$ 91.132) - Trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Aguarda-se decisão de segunda instância.

Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional - R\$ 88.774 (2012 - R\$ 80.924) - Trata-se de Ação Ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações perpetradas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%. Aguardando decisão de primeira instância.

IRPJ - Compensação não homologada - R\$ 24.580 (2012 - R\$ 30.371) - Trata-se de despacho decisório que homologa parcialmente compensações efetuadas pelo Banco. Devido à decisão que exonerou multa de ofício, houve reversão de provisão no semestre. Aguardando decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

CPMF - Em 2012 - R\$ 26.337 - Trata-se de processo onde requeriam equiparação da Leasing às demais instituições financeiras no tocante à incidência da CPMF. Após trânsito em julgado com decisão favorável e baixa do débito junto a Receita Federal do Brasil - RFB, a entidade reverteu o valor de R\$ 26.515 no 1º semestre de 2013.

PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 10.075 (2012 - R\$ 9.622) - Trata-se de processo onde se discute a dedução das despesas incorridas a título de prestação de serviços de corretagem para fins de apuração da base de cálculo do PIS e COFINS devidos a partir de 2003. Aguarda-se decisão de segunda instância.

PIS EC/17/97 - Anterioridade - R\$ 510 (2012 - R\$ 498) - Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando o recolhimento do PIS do período compreendido entre julho de 1997 a fevereiro de 1998 com base na Lei Complementar nº 7/70. Aguarda-se decisão de segunda instância.

Auto de infração PIS/COFINS - 2012 - R\$ 770 - Trata-se de processo administrativo cobrando PIS/COFINS por falta de comprovação do pagamento. Aguarda-se decisão administrativa de primeira instância.

(2) O Conglomerado adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, e a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas em curso.

Contingências classificadas com risco de provável passivo
Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 953.321 (2012 - R\$ 1.011.518) e cíveis no montante de R\$ 411.226 (2012 - R\$ 496.340) compostas basicamente pelos seguintes casos:

IRPJ/CSLL sobre Correção Monetária de Depósitos Judiciais - R\$ 307.179 (2012 - R\$ 301.045) - Trata-se de processo em que se discute a cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Aguardando decisão de primeira instância.

CPMF em Operações de Clientes - R\$ 285.833 (2012 - R\$ 279.497) - Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas com clientes. Aguardando julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Planos econômicos - R\$ 295.466 (2012 - R\$ 258.035) - Trata-se de processos em que o cliente pleiteia o ressarcimento de eventuais perdas em decorrência de expurgos inflacionários. Aguarda-se decisão requerida em 3ª instância pela autora.

PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 118.347 (2012 - R\$ 112.494) - Trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão de segunda instância administrativa.

Desmutualização - BM&FBovespa - R\$ 42.051 (2012 - R\$ 74.519) - Tratam-se de processos onde se discute o recolhimento de PIS e COFINS no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&FBovespa em ações. Aguardava-se decisão de primeira e segunda instâncias. A entidade optou por desistir de processos administrativos e judiciais nos termos da Lei 12.865 de 09 de outubro de 2013, mediante pagamento à vista, em 31 de dezembro de 2013 aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Aguarda-se decisão da anistia.

Ações indenizatórias - R\$ 81.694 (2012 - R\$ 59.416) - Questionamento de negativação junto ao órgão de proteção ao crédito.

Contribuições Previdenciárias sobre Participação nos Lucros - R\$ 26.889 (2012 - R\$ 49.300) - Trata-se de auto de infração cobrando contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros dos empregados pagos de acordo com a Convenção Coletiva. Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário.

ISS em operações de Leasing - R\$ 54.853 (2012 - R\$ 50.978) - Trata-se de Autos de Infração lavrados para constituir créditos tributários de ISS sobre operações de arrendamento mercantil. Após posicionamento favorável do superior Tribunal de Justiça, aguarda-se análise de recursos de municípios.

Ações revisionais - R\$ 34.065 (2012 - R\$ 34.105) - Questionamento de cláusulas estabelecidas em contrato.

ISS Corretagem - R\$ 3.833 (2012 - R\$ 3.145): Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na BMF&BOVESPA. Aguarda-se julgamento do recurso extraordinário.

b) Movimentação das contingências

	2013					
	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2013
Cíveis	401.653	185.516 (164.370)	(67.594)	42.218 (95.317)	302.106	
Trabalhistas	256.620	306.231 (176.718)	(101.861)	28.049 (15.840)	296.481	
Fiscais	822.174	97.107 (39.843)	(494.606)	38.201 (188.205)	234.828	
Total	1.480.447	588.854 (380.931)	(664.061)	108.468 (299.362)	833.415	

	2012					
	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2012
Cíveis	392.092	129.534 (38.302)	(125.573)	43.902	401.653	
Trabalhistas	179.941	187.061 (55.287)	(74.044)	18.949	256.620	
Fiscais	747.911	98.942 (64.577)	(4.654)	44.562	822.174	
Total	1.319.944	415.537 (158.166)	(204.281)	107.413	1.480.447	

24) Pagamentos baseados em ações

Em 29 de outubro de 2009, o Banco fez uma concessão discricionária única de opções para empregados elegíveis em conformidade com o Programa de Concessão Ampla de Opções a Empregados do Citigroup (CEOG) no âmbito do Plano de Incentivos de Ações de 2009 do Citigroup, conforme aprovado pelos acionistas do Citigroup em 21 de abril de 2009. Em conformidade com o CEOG, o direito sobre as opções geralmente é adquirido igualmente ao longo de três anos; o prazo da opção corresponde a 6 anos a contar da data da concessão e as ações adquiridas no exercício não estão sujeitas à restrição de venda.

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 30 de junho de 2011 a Resolução nº 3.989, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2012, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10, que estabelece critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseados em ações.

a) Premissas de valor justo

As premissas utilizadas para avaliação das opções concedidas pelo Citigroup, com base em um modelo binomial de avaliação. A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade histórica em opções negociadas do Citigroup e efetuando ajustes nos pontos em que sejam conhecidos os fatores que podem afetar a volatilidade futura. A premissa sobre a expectativa anual de cancelamento de opções por perda do prazo de exercício toma por base a experiência histórica do Citigroup. Além disso, certas ações recebidas através de exercícios de opção, bem como outros tipos de opções concedidas, estão sujeitas a restrições de venda. Os descontos foram aplicados ao valor justo das opções concedidas de modo a refletir tais restrições de venda.

b) Programa de recompensa em ações

O Banco participa do programa CAP do Citigroup, nas quais as ações ordinárias do Citigroup são concedidas sob a forma de ações restritas aos empregados participantes. Para o programa, durante o período de carência aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas ou transferidas pelo empregado participante, que está sujeito ao cancelamento do programa, caso seu contrato de trabalho seja rescindido. Após as concessões adquiridas, as ações tornam-se transferíveis e podem ser vendidas pelo empregado participante.

As recompensas em ações concedidas geralmente são adquiridas à razão de 25% ao ano, ao longo de quatro anos. A despesa associada a recompensas em ações é lançada contra resultado durante o período de aquisição, como se cada parcela de recompensa fosse uma recompensa em separado com sua própria data de aquisição. O programa prevê que os empregados que alcançaram uma determinada idade mais os anos de serviço requeridos (empregados elegíveis a aposentadoria) podem encerrar o vínculo empregatício e continuar com a programação de concessão de suas ações. Para esses participantes, o lançamento dessas recompensas como despesa contra resultado é acelerado com base na data em que as exigências de elegibilidade para a aposentadoria são atendidas.

Para determinadas recompensas com base em ações que sejam liquidadas de tal forma, o Banco reconhece como passivo a sua obrigação perante o Citigroup nos termos do SPAPA. De acordo com o *Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*, o Banco efetuará um pagamento para o Citigroup com base no preço das ações ordinárias do Citigroup na data de aquisição de cada recompensa concedida na forma de ações. As mudanças no valor contábil de tal passivo durante o período são refletidas como ajuste no resultado do exercício.

O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2013 totalizava R\$ 79.365 (2012 - R\$ 33.459).

25) Patrimônio Líquido

a) Capital Social
O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

Através da Deliberação realizada em 19 de dezembro de 2012, foi efetuado o aumento do capital social na Entidade de R\$ 100.000, passando de R\$ 957.700 para R\$ 1.057.700. A alteração do capital social foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 28 de dezembro de 2012.

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada em 30 de dezembro de 2011, foi deliberado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 900.000, sem emissões de ações, passando capital de R\$ 1.700.000 para R\$ 2.600.000. O aumento de capital foi com reserva de equalização de dividendos em R\$ 810.000 e reserva para reforço de capital de giro em R\$ 90.000. A alteração do capital social foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2012.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 29.386 (2012 - R\$ 39.398).

c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Banco e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Banco, estando limitada a 10% do seu capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 370.589 (2012 - R\$ 748.567).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 27 de novembro de 2013, foram pagos juros sobre capital próprio a Citibank Overseas Investment Corporation no montante de R\$ 35.000.

Conforme Assembleia Geral Ordinária, de 19 de dezembro de 2012, foram pagos dividendos a Citibank Overseas Investment Corporation no montante de R\$ 350.000 com reserva de equalização de dividendos.

26) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	Semestre		Exercício	
	2013	2013	2012	2012
Rendas de administração e estruturação de fundos de investimento	96.230	200.474	206.065	
Rendas de cobrança, comissão de colocação de títulos	25.580	65.791	54.969	
Rendas de serviços de custódia	37.392	75.038	60.594	
Rendas de corretagens de operações em bolsas	34.664	70.397	79.988	
Rendas de serviços prestados	5.572	7.920	10.702	
Rendas de utilização de serviços (1)	235.827	490.434	492.489	
Rendas de comissões (2)	81.901	167.389	156.128	
Receitas com administração de clientes estrangeiros	6.969	12.923	10.723	
Rendas de assessoria econômico-financeira	15.568	27.871	36.319	
Rendas de garantias prestadas	29.881	57.261	51.841	
Outros serviços	66.929	127.705	123.115	
Total	636.513	1.303.203	1.282.933	
Receitas de tarifas bancárias - Renda de arrendade de cartão de crédito	164.452	314.887	283.976	
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	23.870	50.552	48.480	
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física	47.587	122.923	144.051	
Total	235.909	488.362	476.507	

(1) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamento via cartão de crédito.

(2) Referem-se, substancialmente, à comissão de administração de seguros e serviços de assistência.

27) Outras despesas administrativas

	Semestre		Exercício	
	2013	2013	2012	2012
Despesas de aluguel	(35.233)	(70.644)	(70.930)	
Despesas de comunicação	(85.793)	(190.942)	(181.189)	
Despesas de manutenção e conservação de bens	(18.640)	(35.736)	(38.696)	
Despesas de promoções e relações públicas	(74.535)	(147.080)	(143.551)	
Despesas de propaganda e publicidade	(22.674)	(55.356)	(94.472)	
Despesas de serviços do sistema financeiro	(59.139)	(120.922)	(125.737)	
Despesas de serviços de terceiros	(279.766)	(539.270)	(534.902)	
Despesas de serviços técnicos especializados	(100.233)	(199.615)	(187.023)	
Despesas de processamento de dados	(81.324)	(169.559)	(193.119)	
Despesas de viagens	(10.545)	(17.201)	(14.977)	
Despesas de amortização e depreciação	(61.168)	(124.968)	(134.824)	
Despesas de água, energia e gás	(4.594)	(10.249)	(12.330)	
Despesas de material	(10.917)	(17.198)	(11.933)	
Despesas de transporte	(2.982)	(6.708)	(9.123)	
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(16.502)	(29.937)	(22.849)	
Outras despesas administrativas	(41.168)	(77.493)	(79.952)	
Total	(905.213)	(1.812.878)	(1.855.607)	

28) Outras receitas/(despesas) operacionais

	Semestre		Exercício	
	2013	2013	2012	2012
Receitas				
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	80.595	180.348	229.420	
Reversão de provisão para contingências	294.373	414.131	105.803	
Receitas com operações de cessão de crédito	99.986	124.008	38.940	
Varição cambial - obrigações por empréstimos e repasses (2)	13.115	21.405	103.827	
Varição cambial - ordem de pagamento ME (2)	7.316	15.101	13.918	
Atualização monetária de depósitos judiciais	17.101	29.885	71.917	
Recuperação de encargos e despesas	6.913	14.358	15.246	
Reversão de provisões operacionais	2.704	6.733	12.595	
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (sem característica de crédito) (3)	-	-	23.030	
Receitas com <i>export notes</i>	-	-	2.065	
Atualizações de impostos a compensar	-	-	3.520	
Receita na remuneração com pagamento baseado em ações	-	-	2.940	
Reversão de plano de assistência médica	11.365	11.365	-	
Receitas com MTM de empréstimos de ações	48.249	48.249	-	
Outras	8.789	31.956	47.193	
Total	590.506	900.675	670.414	

	Semestre		Exercício	
	2013	2013	2012	2012
Despesas				
Despesas sobre descontos concedidos em renegociação	(62.429)	(116.665)	(105.264)	
Despesas com operações de cartões de crédito (4)	(309.835)	(572.733)	(472.215)	
Despesas com <i>export notes</i>	-	-	(14.265)	
Despesas com provisões para contingências				

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

b. O Conglomerado é administrador de fundos de investimentos cujos patrimônios líquidos totalizam R\$ 93.791.288 (2012 - R\$ 98.183.812) e de carteiras administradas que totalizam R\$ 4.409.249 (2012- R\$ 3.407.066).
c. Como parte das atividades normais, o Conglomerado assume compromissos e responsabilidades com avais e fianças prestadas a clientes que estão apresentados da seguir:

	2013	2012
Beneficiários em garantias prestadas	8.020.070	6.444.008
Créditos abertos para importação	22.727	32.373
Créditos de exportação confirmados	52.617	63.014
Total	8.095.414	6.539.395

d. O resultado não operacional está composto da seguinte forma:

	Segundo semestre 2013	2013	Exercício 2012
Receita não operacional			
Lucros na alienação de participações societárias (1)	22.130	22.130	-
Rendas de aluguéis	1.281	2.529	2.801
Receita em termo de arbitragem (2)	-	-	12.221
Outras rendas não operacionais	28	848	-
Total	23.439	25.507	15.022
Despesa não operacional			
Prejuízo na alienação de valores e bens	(4.435)	(10.175)	-
Outras despesas não operacionais (3)	(17.301)	(17.579)	(1.325)
Total	(21.736)	(27.754)	(1.325)

(1) Em 20 de dezembro de 2013 foi reconhecida receita não operacional referente ao ganho na alienação da participação detida na entidade Citifinancial Promotora de Negócios & Cobrança Ltda. ao Banco Itaú Unibanco S.A..

(2) Foi registrado como receita não operacional em agosto de 2012 o montante de R\$ 12.221 mil decorrente da decisão proferida pelo Tribunal Arbitral, em 13 de abril de 2012, a favor do Conglomerado, decorrente do "Termo de Arbitragem", celebrado em 13 de maio de 2010, que estava em curso no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, em São Paulo, e havia sido constituído para resolver as controvérsias que existiam entre a Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e os ex-sócios da INTRA S.A. Corretora de Câmbio e Valores, após a compra da totalidade das ações representativas do seu capital social celebrado em 06 de fevereiro de 2009.

(3) Em 09 de dezembro de 2013 foi reconhecida despesa não operacional referente à cessão ao Banco Citibank S.A. pelo Banco Citicard S.A. da participação societária de 49,9% da quotas na Elavon do Brasil Soluções de Pagamento S.A. no montante de R\$ (17.224).

34| Provisão para reestruturação

O Citigroup está empreendendo uma série de ações globais com o objetivo de reduzir despesas e trazer mais eficiência para os seus negócios nos diversos segmentos em que atua. Entre as ações mencionadas está o plano de readequação da rede de distribuição do varejo no Brasil.

"O plano divulgado possui o objetivo de manter uma base de custos menor, concentrando clientes e funcionários em agências mais bem localizadas e com melhor estrutura e capacidade de atendimento. Em conformidade com os procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi constituída provisão para os gastos com a reestruturação, no

montante de R\$ 53.126 (2011 - R\$ 0). Estes gastos referem-se, basicamente, a multa de contrato de aluguel, indenizações a funcionários e baixa de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Segue a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

	Saldo em 31/12/2012	Reversão	Utilização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para reestruturação	53.126	(14.497)	(33.589)	5.040

35| Gerenciamento de risco de capital

Em atendimento a Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu a Política de Gerenciamento de Capital. A política, as responsabilidades, os procedimentos e a estrutura seguem as diretrizes instituídas para Gerenciamento de Capital Global do Citigroup. A estrutura única de gerenciamento de capital do Citi Brasil está fundamentada em três princípios: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital é realizado de forma a maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Também são consideradas durante o processo de gerenciamento de capital as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de capital está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

36| Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco, na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Citi mantém uma Estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma Estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Citi, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Enterprise Risk Manager, Finance, Recursos Humanos e Jurídico: Estabelecem a segunda linha de defesa para aumentar a eficácia dos controles e a gestão de riscos operacionais por todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhoria em base contínua e oferece avaliação e apreciação independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por estabelecer, supervisionar e dar as devidas orientações relacionadas ao ambiente de controles dos negócios, conforme estabelecido pelo processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação das deficiências de controle agregadas e significativas da organização como um todo ao Comitê de Controles Internos e Compliance, assim como, quando necessário aos Auditores Independentes e órgãos reguladores.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Risco Operacional.

37| Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco, na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu em março de 2008 a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura seguem as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Citi no Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: a) limites; b) mensuração de riscos; c) modelos; d) avaliação de riscos nas carteiras de banking; e) apreçamento e marcação a mercado; e f) novas transações, atividades e operações complexas.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho Institucional/Código de Conduta e Políticas/Risco de Mercado.

38| Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco, na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do Independent Risk Management do Citigroup. O Citi Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

O detalhamento da estrutura de gerenciamento de risco de crédito está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

39| Gerenciamento de risco de liquidez

Em atendimento à Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2013, o Citi Brasil revisou e adequou sua política de Risco de Liquidez.

A gestão do Risco de Liquidez no Citi Brasil é de responsabilidade de *Corporate Treasury*. A política de Risco de Liquidez é única para todo o Citi Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias. Existe uma padronização de mensuração de risco de liquidez para que haja consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco. Os controles de liquidez são feitos em bases diárias e monitorados pela área de *Corporate Treasury* e Risco de Mercado.

Um plano de liquidez anual é elaborado e suas diretrizes são monitoradas ao longo do ano e reportadas diariamente. O Risco de Liquidez é monitorado através do cálculo de vários índices e limites estabelecidos na Política de Risco de Liquidez do Citi Brasil. Como parte do plano anual, os limites de liquidez, índices de liquidez e premissas de cenários de stress são revisados e aprovados, assim como simulações de cenários de stress são feitas e revisadas pelo Comitê de Ativos e Passivos - ALCO. Os cenários de stress incluem mudanças significativas nas principais fontes de financiamento, *ratings* de crédito e uso contingente de financiamentos. Os resultados desses testes de stress são uma série de alternativas que podem ser usadas caso um evento de liquidez venha a ocorrer.

O detalhamento da estrutura de Gerenciamento de Risco de liquidez está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

Alexandre Macedo Barbosa - CRC: 1SP191859/O-5

A Diretoria

Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria externa,
- (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas,
- (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por treze vezes, de 1º de janeiro de 2013 à 24 de março de 2014, onde desenvolveu as seguintes atividades:

a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Administradores e aos Acionistas do

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Conglomerado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

e. Em sessão realizada em 24 de março, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como dos pontos de atenção e das recomendações registradas no Relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, elaborado em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e acompanhamento das providências adotadas pela Administração para as recomendações de melhoria nos controles da Instituição.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no exercício de 2013.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 24 de março de 2014

Comitê de Auditoria

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de março de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

